

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

REQUERIMENTO DE CONVOCAÇÃO Nº DE 2005 (do Sr. CARLOS ALBERTO LERÉIA)

Solicita seja convocado o Sr. Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República para prestar esclarecimentos a esta Comissão sobre a implementação da delegação de competência estabelecida pelo art. 1º do Decreto nº 4.734, de 2003.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Exa., com fundamento no art. 50, da Constituição Federal, combinado com o art. 219, § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvido o plenário, se digne a adotar as providências necessárias à convocação do Sr. Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República para prestar esclarecimentos a esta Comissão sobre a implementação de delegação de competência estabelecida pelo art. 1º do Decreto nº 4.734, de 2003.

O Decreto nº 4.734, de 11 de junho de 2003, “delega competência para a prática de atos de provimento no âmbito da Administração Pública Federal, e dá outras providências”, e em seu art. 1º, delega “competência ao Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República para, observadas as disposições legais e regulamentares, praticar os atos de provimento de cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS no âmbito da Administração Pública Federal”.

O jornal Folha de São Paulo, em sua edição de 16 de maio de 2005, publicou notícia sob o título “PT perde controle de cargos e faz inventário”:

Diz o jornal:

“MÁQUINA PÚBLICA - Para enquadrar aliados e rearranjar base, Lula pede ao partido informações sobre ocupantes de funções federais - A máquina administrativa está desgovernada, a julgar pela solicitação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao PT. A seu pedido, a sigla está fazendo levantamento sobre ocupantes de todos os cargos federais no país, incluindo padrinhos políticos. A missão deverá ser concluída em 15 dias. Segundo um dos responsáveis pelo inventário, o governo perdeu o controle sobre os cargos de confiança, provavelmente por causa da troca de partidos e das

mudanças na estrutura governamental. A cargo da secretaria nacional de organização, a análise servirá como instrumento para reorganização da base política. Com a lista de afilhados na mão, o governo poderá cobrar lealdade de parlamentares e até puni-los por atos de infidelidade. A intenção é descobrir se líderes partidários estão monopolizando cargos destinados às bancadas ou mesmo provar que os queixosos têm, sim, participação na administração. Os dados também serão base para uma reforma ministerial que o presidente venha a promover um ano antes das eleições de 2006.

O levantamento também tem como alvo o ministro da Coordenação Política, Aldo Rebelo (PC do B), que, oficialmente, é responsável pelo controle de cargos desde fevereiro do ano passado.

Além disso, o PT quer provar que - diferentemente do que disse Aldo - não concentra a maioria das vagas. O comando do partido contesta, por exemplo, que detenha 19 mil dos 22 mil cargos federais como já divulgado. Segundo o presidente do PT, José Genoino, de um total de 22 mil, só foram substituídos cerca de 6.000 nomeados no governo Lula. Desses, apenas 30% são petistas. "O PT não aparelha [o Estado]. Não tem esse número de cargos".

Dizendo que ignora a cota de partidos na máquina, Genoino nega que o partido seja o autor do levantamento. "Isso está sendo feito pela Casa Civil, pelo Planejamento", disse. Um petista explica, no entanto, que, há um mês, um assessor da secretaria de organização se dedica ao cruzamento dos dados da Casa Civil com os dos diretórios estaduais do PT.

Partindo do mapa do governo, ele envia aos presidentes de diretórios um formulário, perguntando quem ocupa o cargo e qual é seu padrinho político. Com a lista, pretende-se debelar qualquer tentativa de isolamento da sigla provocada pelo interesse por cargos.

No fim de semana, os petistas defenderam mudanças na articulação política. Ainda que sem falar em sua saída, ninguém defendeu a permanência de Aldo. Para o ministro da Educação, Tarso Genro (PT), o momento de "instabilidade" "supõe reorganização do centro político do governo".

O secretário-geral da Presidência, Luiz Dulci, reconheceu que é preciso reorganizar a base. Para Dulci, esse é "desafio real" e seria "arrogância negar o problema".

As convocação que ora requeremos é de fundamental importância para o desempenho de nossas atribuições constitucionais de acompanhamento das ações do Poder Executivo.

Sala das Comissões, em de de

Deputado CARLOS ALBERTO LERÉIA